

# APUFSC

— SINDICAL —

PROFESSORES PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Boletim do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina | Florianópolis, abril de 2019 | nº 826

## Boletim Extra 3 - Filiação Nacional

# Debate continua no site

Este é o último boletim impresso sobre o tema; debate continuará na internet com a publicação dos artigos de opinião no site da Apufsc-Sindical

### Assembleia Geral - 22/04

O Conselho de Representantes aprovou, no dia 27 de março, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar, conforme o estatuto, sobre a filiação ou não da Apufsc a uma das duas entidades que têm representado nacionalmente os professores das instituições federais de ensino superior (Andes-SN e Proifes-Federação).

A Assembleia será iniciada na tarde do dia 22 de abril, uma segunda-feira, no auditório da Reitoria, e prosseguirá com votação online por urna eletrônica durante três dias. Está nas mãos dos professores definir o rumo do sindicato. A eventual filiação da Apufsc a uma entidade nacional foi

tema de quatro boletins impressos (sendo este o último deles), em que os associados puderam expressar suas opiniões sobre o tema. Agora, o sindicato dará continuidade às discussões em seu site. Os docentes podem enviar os artigos de opinião com seus posicionamentos para o e-mail imprensa@apufsc.org.br.

O início das discussões sobre a filiação nacional foi deliberado na reunião do Conselho de Representantes no dia 31 de outubro do ano passado. Na ocasião, ficou definido que o sindicato colocaria à disposição dos associados seus meios de comunicação para promover o debate.

# O debate sobre a filiação nacional

Objetivando contribuir com o debate proposto pelo Conselho de Representantes sobre a filiação nacional (ou não), entendemos que é necessário fazermos algumas reflexões e ponderar as opções apresentadas. Nas múltiplas manifestações já publicadas nesse contexto está muito claro o desejo de se preservar a autonomia da Apufsc-Sindical. Nesse momento, de perdas e de ataque frontal às políticas públicas e aos direitos constitucionais, inclusive dos sindicatos, é premente a união dos esforços no sentido de garantir as conquistas obtidas na carreira.

Convivendo durante quatro anos no ambiente sindical, tivemos a satisfação em participar, como convidados, de diversos eventos e congressos do Proifes. Passamos a descrever alguns pontos do seu histórico e características.

O Proifes foi fundado há 14 anos, a partir do anseio de professores de Instituições Federais de Ensino Superior por uma renovação do movimento docente e por uma organização que realmente representasse seus interesses, tanto nos temas relativos à carreira, salário e melhores condições de trabalho, quanto na busca por uma educação nacional de qualidade. Vale lembrar que, já em 2006, o Proifes negociou as demandas dos docentes do Magistério Superior: a criação da classe de associado, a elevação dos incentivos à titulação em 50%, um reajuste salarial de 7,69% (índice do DIEESE) e a elevação do percentual da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), concedido a aposentados e pensionistas, de 65% para 82%.

Em 2012, o Proifes transformou-se em Federação Nacional. Nessa direção, a articulação nacional, através de uma federação, traz enormes potencialidades a serem ressaltadas:

A garantia da preservação da autonomia do sindicato, haja vista que o estatuto é mantido em sua integridade, além de todas as prerrogativas jurídicas e legais que favorecem a gestão local e a garantia das especificidades locais.

As reuniões da diretoria, bem como as do Conselho Deliberativo e a do Encontro anual do Proifes têm como característica

primordial a pluralidade de ideias e espaços representativos, os quais garantem diálogos democráticos que contemplam todos os entes federados.

O estatuto do Proifes assegura a cada um dos sindicatos federados vagas na Diretoria Executiva, no Conselho Deliberativo e no Encontro nacional, espaços amplos para os debates e encaminhamentos que norteiam os rumos da federação.

Outro aspecto a ser ressaltado é a capacidade de negociação do Proifes-Federação, o qual se mostrou hábil, por exemplo, durante a conquista da reestruturação da carreira do Magistério Superior e a carreira EBTT. Isto significou a possibilidade de todos os professores alcançarem o topo da carreira e garantiu ganhos reais nos salários.

A constituição de Grupos de trabalhos temáticos no Proifes Federação: Direitos Humanos, Ciência e Tecnologia, Educação, e Aposentados. Os referidos GTs são instâncias assessoras da Diretoria Executiva: debatem temáticas específicas e indicam os encaminhamentos necessários à sua consecução. A logística de funcionamento prima pela pluralidade de ideias e a participação de novos professores que contribuam para o fortalecimento dos GTs.

A adesão ao Proifes não é um caminho sem volta pois a Apufsc-Sindical mantém todos os direitos que lhe dão a atual carta sindical de que é detentora e poderia, a qualquer momento, mediante decisão da categoria, desfiliar-se daquela federação; essa opção não estaria disponível numa filiação ao Andes quando ficaria sendo uma Seção Sindical deste sindicato nacional.

Estamos convictos de que a filiação nacional ao Proifes-Federação é uma oportunidade da Apufsc-Sindical fazer parte desta luta não mais isoladamente, mas de forma articulada e participativa, contribuindo com a defesa da educação pública universal, laica, gratuita e de qualidade.

**Wilson Erbs (QMC - CFM)**

**Jovelino Falqueto - (INE - CTC)**

## A Filiação da Apufsc

Em debate, a filiação da Apufsc-Sindical à uma entidade nacional e entre as alternativas apresentam-se Proifes e Andes.

Para suporte a esta escolha cabe considerar os objetivos da Apufsc quanto à defesa dos interesses da categoria dos professores universitários que representa.

Destacamos, neste caso, a representação da Apufsc considerando sua composição, espaço e possibilidade de participação no Proifes e Andes.

No caso do Andes, menciona-se a natureza de sindicato nacional onde a Apufsc se tornaria uma Seção Sindical e disputaria espaço com entidades com finalidades importantes, mas de características diferentes daquela dos professores de ensino superior, lidando com categorias como Educação Básica e Magistério superior privado, além do magistério superior. No Proifes,

a dimensão sindicato da Apufsc é mantida, preservando-se sua estatura e autonomia sindicais com representação da categoria de Ensino Superior e EBTT e atuando no mesmo nível e interesse de sindicatos similares.

As duas entidades Proifes e Andes se assemelham em estrutura, embora no Conselho deliberativo o Proifes ofereça 4 oportunidades de participação e o Andes apenas 1. A característica participativa e de independência dos sindicatos é muito mais acentuada no Proifes-Federação, o que permite mais flexibilidade em suas posições e negociações, característica essa necessária e importante dada às posições fortes do governo na atualidade. Nesta condição a flexibilidade pode conseguir mais que a radicalização, o que configura vantagem para o Proifes.

Outro ponto relevante é a contribuição financeira exigida pelas entidades interessadas na filiação da Apufsc. Enquanto o Proifes cobraria de 4 a 10%, o Andes cobraria até 40% da arrecadação da Apufsc, colocada como uma seção do Sindicato nacional.

Isso sugere despesas proporcionalmente muito maiores no Andes para mesmo tipo de funcionamento das entidades.

Cabe avaliar ainda a viabilidade e implicações do pagamento mensal desta contribuição que pode chegar a 40% da arrecadação da Apufsc no caso do Andes. Não parece haver condição financeira do nosso sindicato para uma cobrança deste valor. Isto sugere mais viabilidade financeira na filiação ao Proifes.

Analisando-se os compromissos citados pelo presidente do Andes lê-se “Lutar pela educação pública de qualidade...” e, abaixo, “combater todas as formas de mercantilização da educação”, mesmo tendo entre seus representados o magistério superior privado.

Os setores público e privado podem tratar do mesmo objeto

## Juntemo-nos no Andes, em defesa da unidade sindical e da pluralidade de ideias

Nós, professores de universidades públicas, somos servidores públicos que no Brasil, foram impedidos de terem sindicatos desde o Estado Novo na década de 1930, até a aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que consagrou o direito à sindicalização nos seguintes termos: “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (Art. 37, inciso VI).

Na CF/88 reconheceu-se que aquela proibição já havia caducado, pois os servidores praticavam intensamente atividades sindicais utilizando-se de suas associações civis, sobretudo nos dez anos precedentes, como foi o caso dos professores das universidades públicas com suas associações de docentes, criadas, em sua maioria na década de 1970, como a Apufsc, em 1975. Neste contexto, se os servidores não podiam constituir sindicatos, também não podiam fazer greves, mas o fizeram em expressiva quantidade desde o final dos anos 1970 e o direito de greve foi também reconhecido pelos constituintes no mesmo artigo 37, inciso VII.

Os direitos sindicais são conquistas de gerações passadas, sendo o principal deles a proibição do Estado intervir nos sindicatos. Conforme o Art. 8º, inciso I da CF/88: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

Então, não é a lei, nem o poder público que determina como devemos nos organizar sindicalmente, mas nós mesmos autonomamente. Podemos promover mudanças nas formas de organização, considerando as diferentes conjunturas políticas, mas não podem os governos interferirem e nem as entidades sindicais se moldarem para apoiar governos ou administrações universitárias, pois perderiam a autonomia e deixariam de ser de todos os sindicalizados.

Sim, defendemos a concepção de que o sindicato seja de todos e não de partes, pois para isso existem os partidos políticos. O sindicato deve ser autônomo também em relação aos partidos. Isso não significa que o sindicato seja alheio à política e não trave lutas políticas, sobretudo porque nossas condições de tra-

ensino, mas os interesses do segmento públicos e privados com certeza têm diferenças. Como tratar os professores destas categorias numa mesma entidade?

A quantidade de segmentos que o Andes representa constitui uma dificuldade na defesa de seus filiados. Isso e os argumentos apresentados reforçam a escolha do Proifes como a entidade à qual devemos nos filiar, tanto pelo maior espaço de participação, quanto pelo foco de atenção das questões relevantes para a categoria dos professores de nível superior federal, não esquecendo os valores de contribuição a serem pagos pela Apufsc mais razoáveis propostos pelo Proifes.

**Luiz Gonzaga de Souza Fonseca**  
Aposentado (CTC)

balho e de vida dependem das políticas públicas, a exemplo das educacionais, de ciência e tecnologia, de previdência, de pessoal e, sobretudo, da disputa em torno das políticas fiscais. Então, em que pese a pluralidade de pensamentos no conjunto de todos e a importante liberdade de expressão, formamos um nós.

Mas quem somos nós? Nós somos, de acordo com o Estatuto da Apufsc, professores das universidades federais de Santa Catarina, mas poderíamos considerar, numa visão mais próxima, o nós como sendo os professores da UFSC ou os professores do campus de Chapecó da UFFS.

Em termos sindicais, o nós é uma categoria profissional e, no nosso caso, pertencemos a uma categoria que é nacional, a dos docentes das IES públicas e mais especificamente as federais, que se representa sindicalmente junto ao governo central em busca do atendimento das reivindicações, que são, em sua maioria, também nacionais.

Quando hoje debatemos o que seria mais proveitoso para nós, sindicalizados na Apufsc, cremos que seria não nos apartarmos de nossa categoria, ao contrário, devemos nos unir nacionalmente com muita força. Mas, de onde advém nossa força?

Da unidade, é certo, mas sobremaneira da democracia, da participação direta dos sindicalizados, com autonomia para deliberar sobre todos os assuntos que estiverem em pauta. A participação nacional dá-se por delegação e é no local de trabalho que o nós se expressa com toda intensidade para deliberar e delegar. A dureza da luta permanente que se faz necessária indica que é necessário estarmos organicamente em um movimento nacional. O Andes é um sindicato nacional com organização por local de trabalho que goza de “autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira” (Estatuto, Art. 44, § 2º) e unifica mais de 80 mil sindicalizados. Não há por que insistir em ficarmos de fora.

**Irineu Manoel de Souza (ADM - CSE)**  
**Maria Teresa dos Santos (DSS - CSE)**

# Com todo o respeito que merecem os prof. Fletes e Yunes, permitam-me discordar

Continuo pensando como sempre pensei, que um sindicato que não se importa por promover a participação dos seus filiados e tenta representar honestamente a expressão das suas bases é mais um órgão autoritário, comandado por pessoas autoritárias, e este tipo de órgão com estas práticas não é a expressão de uma civilização avançada, ou com membros civilizados de uma sociedade humana.

Se o coletivo dos professores universitários se enquadra ou não é outra questão. Quero acreditar que sim, mesmo que algumas manifestações me coloquem em dúvida. A melhor organização, que defendi aguerridamente quando a Apufsc se desligou do Andes, sem dúvida é uma federação de sindicatos independentes forte. Fortes pelas bases mobilizadas e não pelos “contatos” de alto nível dos seus dirigentes. Lamentavelmente esta oportunidade foi rifada no início. Com isso, deixo clara minha visão do que deveria ser um sindicato.

Para completar, creio que devemos verificar a função de um sindicato. Como escrevi há muito tempo, se um sindicato não vai lutar pelos salários da classe não serve para nada, não é um sindicato. Pode-se batalhar por outras questões? Sim, por exemplo contra a violência sobre manifestações populares pacíficas. Um caso histórico é o das reivindicações salariais dos funcionários públicos. Deveríamos ter uma data base para negociação anual das reposições salariais, e nunca tivemos, em nenhum governo, nem de direita nem de esquerda.

Se não há estabelecido um espaço de negociação por lei, fica a critério do governo e turno abrir uma mesa de negociação ou não. Se não se instala uma mesa de negociação pela boa vontade do governante, a classe tem que se manifestar publicamente para, com a repercussão na população, o governo que não quer perder apoio para questões do seu interesse, sente a negociação. Vejam que até cá não tem ideologia de esquerda ou direita em lugar nenhum. É somente reclamação de classe.

O sindicato poderia tratar de questões acadêmicas e/ou de pesquisa? Poder pode, mas isso implica que os canais institucionais dentro da universidade não estão funcionando. Muitos colegas e órgãos da universidade, a maioria na realidade, estão dedicados a estes temas. A universidade deveria ter uma

visão do que pensa ser uma boa política de ensino e pesquisa, e deveria interagir com outras universidades (através da Andifes?) para definir políticas públicas em conjunto com os ministérios correspondentes. Se o sindicato tem que tratar estes temas a universidade, organicamente, vai mal.

Por isto creio que o melhor é que o sindicato se concentre em questões trabalhistas e de direito de expressão.

Vista a função do sindicato passemos a discutir a conjuntura atual. Temos um governo que não quer negociar, que pretende diminuir o número de professores das IFEs, para citar dois pontos. Uma mudança na constituição está para ser votada e vai modificar a aposentadoria, uma questão trabalhista, de uma grande quantidade de professores de IFEs. Está-se perfilando uma votação para meados deste ano. Cá temos uma questão importante, não somente pelo impacto, mas pelo timing. Se a Apufsc quer participar de alguma forma do movimento nacional esta adesão tem prazo para acontecer. Senão terá perdido mais um evento importante sem poder participar.

Agora a questão tática. Se formos seguir as nossas ideias iniciais de sindicato independente, e verificando que esta opção não é válida neste momento, poderíamos pensar que das outras duas opções a que se denomina federação seria a mais próxima, e é verdade. Mas precisamos levar em consideração o timing. Se pretendemos ter algum grau de sucesso no embate que se dará sobre a reforma da previdência precisamos da opção com maior capacidade de mobilização, de manifestação, uma vez que a negociação como o governo está fechada e que no Congresso a pressão popular é o que mais resultado tem dado ao longo da história para fazer com que os parlamentares ouçam nossas reivindicações. Agora a pergunta. Quem tem maior capacidade de mobilização, Andes ou Proifes?

A questão estratégica, ao meu ver, fica para depois do meio do ano. Depois de ver a capacidade de mobilização da Apufsc, da viabilidade de retornar à ideia inicial ou de definir outra opção. Afinal não fomos capazes de mudar uma vez? Certamente somos capazes de mudar outra.

**Nestor Roquero**  
DAS - CTC



Publicação mensal do Sindicato dos  
Professores das Universidades Federais de Santa  
Catarina

#### Endereço:

Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP  
88040-900, Florianópolis - SC  
(48) 3234-5216 | 3234-3187  
www.apufsc.org.br  
imprensa@apufsc.org.br

#### DIRETORIA GESTÃO 2018/2020

##### Presidente

Carlos Alberto Marques

##### Vice-Presidente

Patrícia Della Méa Plentz

##### Secretária Geral

Viviane Maria Heberle

##### 1ª secretária

Edinice Mei Silva

##### Diretor Financeiro

Camilo Buss Araújo

##### Diretor Financeiro Adjunto

Flávio da Cruz

##### Diretor de Divulgação e

Imprensa

Eduardo Meditsch

##### Diretor de Promoções Sociais,

Culturais e Científicas

Santiago Francisco Yunes

##### Diretor de Assuntos de

Aposentadoria

Romeu Bezerra

#### GRUPO ESPECIAL PARA ATIVIDADES SINDICAIS NOS CAMPUS

**Campus Araranguá**  
Bernardo Borges

**Campus Curitiba**  
Mônica Santos

**Campus Blumenau**  
Alaim Souza Neto

**Campus Joinville**  
Luiz Fernando Calil

#### PRODUÇÃO

##### Jornalistas Responsáveis

Lara Lima  
Naiana Oscar

##### Estagiários

Carol Gómez  
Manoela Bonaldo  
Victor Lacombe  
Vinicius Claudio

**Impressão** Gráfica Rio Sul  
**Tiragem** 4.500 exemplares  
**Distribuição gratuita e dirigida**